

Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões

Uma nova era na gestão judiciária das prisões e das alternativas penais

O BNMP 3.0 é a versão mais atualizada da ferramenta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para gestão de ordens judiciais em processos criminais. Aprimorado ao longo dos anos com ampla participação da magistratura, centraliza e integra informações sobre pessoas presas e sujeitas a medidas alternativas, com a emissão de documentos obrigatórios para as movimentações necessárias. O sistema ainda fortalece a autonomia do Judiciário na produção de dados e na construção de diagnósticos sobre o sistema penal, contribuindo para a duração razoável dos processos e do cumprimento da pena.

A plataforma alinha-se aos objetivos do plano Pena Justa, que propõe um sistema prisional mais eficiente e comprometido com a segurança da população, alicerçado em sistemas inteligentes que favoreçam a transparência e a eficiência na execução penal. Desenvolvido pelo Programa Justiça 4.0, o BNMP 3.0 conta também com o apoio do programa Fazendo Justiça, que promove transformações nos sistemas penal e socioeducativo.

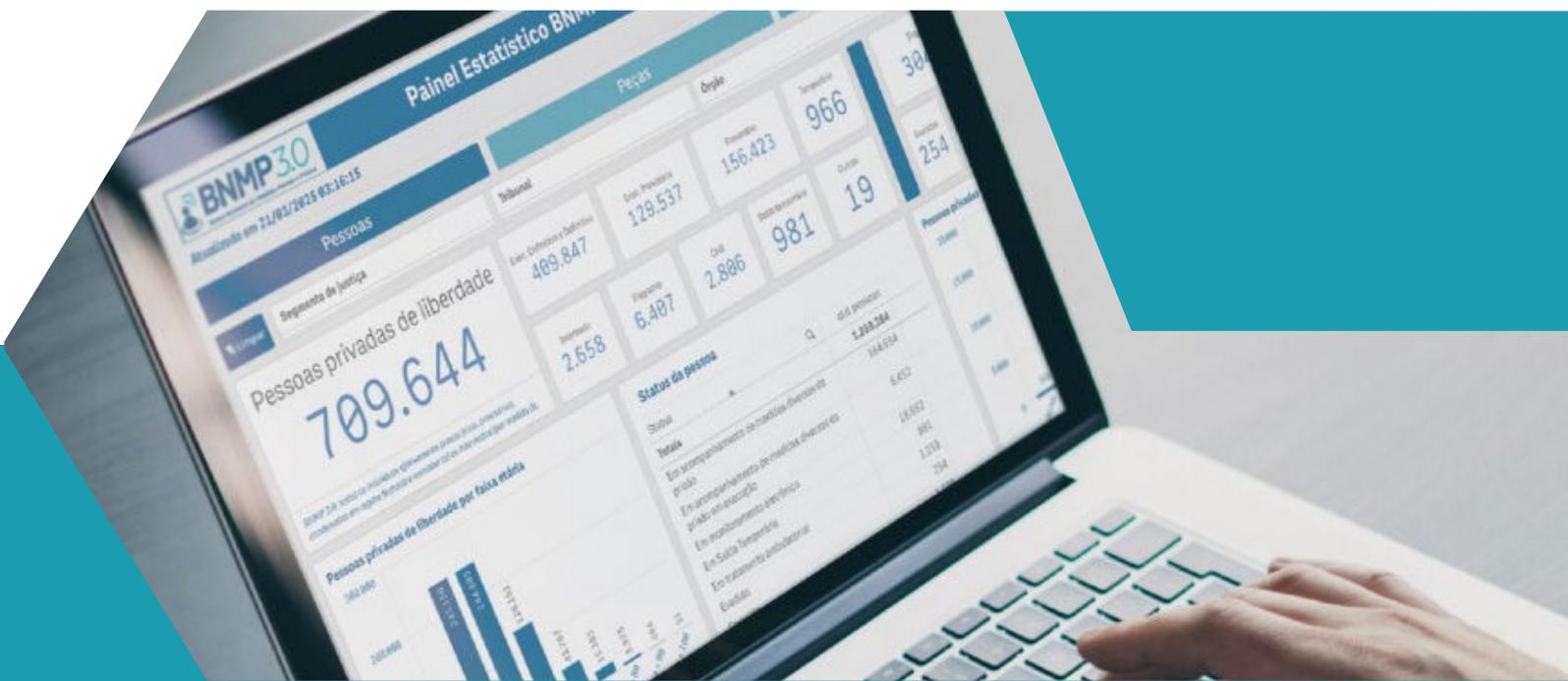
Para dar transparência às informações coletadas, usuários da plataforma e o público geral podem acessar o Painel Estatístico do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões, ferramenta interativa que representa uma evolução na apresentação de dados da população prisional e das medidas penais aplicadas no Brasil.



Acesse o código QR e conheça a página do **Pena Justa**



Acesse o código QR e conheça o **Painel Estatístico do BNMP**



Principais inovações do BNMP 3.0



Sistema completo

Transforma repositório de dados em instrumento de expedição de peças, de apoio à gestão da segurança pública e de administração da justiça



Integração

Unificação de dados do flagrante, audiência custódia e análise da prisão junto ao ciclo penal (mandado de prisão, alvará de soltura, alternativas penais, monitoração eletrônica, dentre outros)



Padronização dos procedimentos

Emissão unificada de documentos e eventos processuais, garantindo transparência, confiabilidade e segurança



Apoio à segurança pública

Acesso em tempo real a informações sobre pessoas procuradas, presas e em medidas alternativas



Prevenção de erros

Cadastro individual vinculado ao CPF, reduzindo riscos de prisões ou solturas indevidas, assim como alerta de suspeita de pessoas falecidas



Gestão de dados aprimorada

Produção estruturada de informações em tempo real sobre a população penal para embasar políticas públicas



Cobertura completa do ciclo penal

Registro desde a fase inicial do processo até a execução final da pena, incluindo monitoramento eletrônico e medidas protetivas

LINHA DO TEMPO

Entenda a evolução do BNMP

2011 Pioneirismo do BNMP 1.0

Com o nome de Banco Nacional de Mandados de Prisão, sistema é criado para o cumprimento de ordens de prisão de pessoas procuradas. Também permitia a consulta pública desses mandados.

2018 Lançamento e consolidação do BNMP 2.0

JAN – MAR

Novo BNMP 2.0 substitui integralmente o 1.0 e é adotado por todos os tribunais do país, tornando-se o principal sistema nacional de controle de prisões e mandados. CNJ promove treinamentos para juízes e servidores.

ABR – OUT

CNJ identifica inconsistências na inserção de dados pelos tribunais. Também mapeia desafios na integração com sistemas estaduais de segurança pública.

JUL – DEZ

Integração do BNMP 2.0 com o PJe, facilitando a inserção de peças processuais. Missões de inspeção do CNJ verificam alimentação de dados no sistema e BNMP passa por ajustes operacionais e melhorias.

2019 Marco normativo e estudos para uma nova versão

JAN – JUN

Resolução CNJ 280/2019 estabelece diretrizes para o uso do BNMP pelos tribunais, que reforçam trabalho de saneamento de dados. Atualização de informações sobre cumprimento de mandados enfrenta desafios.

JUL – DEZ

CNJ intensifica auditorias nos dados do BNMP 2.0 e falhas na interface com outros sistemas persistem, dando origem aos primeiros estudos sobre a necessidade de uma nova versão do BNMP.

2020 Impactos da pandemia

JAN – JUN

Recomendação 62/2020 orienta revisão de prisões provisórias devido à Covid-19 e BNMP 2.0 passa a registrar saídas temporárias e concessões de prisão domiciliar. Tribunais enfrentam dificuldades no uso do sistema para decisões emergenciais.

JUL – DEZ

Primeiras propostas de um BNMP 3.0 começam a ser desenhadas em um cenário de integração do BNMP com outros sistemas do CNJ para ampliar a gestão penal.

2021 Diagnóstico e necessidade de reformulação

JAN – JUN

Resolução CNJ 417/2021 reformula diretrizes do BNMP e reforça sua obrigatoriedade. CNJ inicia mapeamento das falhas do BNMP 2.0 e levanta requisitos para a nova versão.

JUL – DEZ

Com persistência de falhas na alimentação do banco, DMF/CNJ e Corregedoria fazem missão ao TJCE por saneamento de dados e oficinas para discutir necessidades do futuro BNMP 3.0.

2022 Novas estratégias de dados e concepção do BNMP 3.0

JAN – JUN

CNJ solicita aos tribunais informações sobre a população prisional e a alimentação do BNMP, realiza missão ao TJAM e visita institucional ao TJMG com foco em higienização de dados.

JUL – DEZ

Portaria CNJ 350/2022 cria o Comitê Gestor do BNMP 3.0, com jornadas de conscientização sobre saneamento de dados e início da construção de painel para gerenciamento das informações. Enunciado Administrativo CNJ nº 24 confirma obrigatoriedade do uso do BNMP.

2023 Desenvolvimento do BNMP 3.0

JAN – JUN

Visita ao TJSP, apresentação do BNMP 3.0 no Encontro de Corregedores no RS e missão conjunta ao TJGO.

JUL – DEZ

BNMP 3.0 entra em fase de desenvolvimento, testes e estratégia de migração.

2024 BNMP 3.0 entra no ar

JAN – JUN

Capacitações regionais, rodada de higienização de dados e preparação para a migração. BNMP 3.0 incorpora o Auto de prisão em flagrante (AFP) e Audiência de Custódia e Análise da prisão, antes contido no Sistema Audiência de Custódia (Sistac), em uma única plataforma.

AGOSTO

Lançamento do BNMP 3.0, com descontinuação do Sistac e integração com PJe, Projudi, E-proc e outros sistemas judiciais, SEEU e PDPJ-BR.

2025 Novo painel e melhorias contínuas

JAN – JUN

Lançamento do Painel Estatístico do BNMP 3.0 aberto ao público.

Aprimoramento do painel público (portalbnmp.cnj.jus.br) com novos tipos de peças do BNMP 3.0.

Expansão da integração com órgãos de segurança pública e planejamento de novas funcionalidades.



PRÓXIMOS PASSOS

- ▶ Consolidação total do BNMP 3.0 como repositório nacional de medidas criminais.
- ▶ Ampliação do acesso a estatísticas criminais para formulação de políticas públicas.
- ▶ Migração completa do BNMP para uma plataforma unificada de justiça criminal.



IMPACTO E BENEFÍCIOS

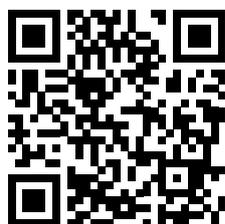
1.252.350

registros de pessoa
atualizados

715 mil

pessoas presas registradas
(abril de 2025)

- ☑ **Redução de erros:** digitalização e integração evitam prisões indevidas e reduzem o tempo de reclusão de pessoas que já deveriam estar em liberdade.
- ☑ **Melhoria na gestão carcerária:** possibilita controle mais preciso das medidas penais.
- ☑ **Eficiência no cumprimento de mandados:** acelera processos, facilita o trabalho de tribunais e autoridades e integra as informações em todo o território nacional.



Faça você também parte dessa nova fase de uma justiça criminal ainda mais eficiente. Saiba mais sobre o BNMP 3.0 acessando o QR Code ao lado.



SENAPPEN



CNU